



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

HANNA KAROLINE MACEDO DE LIMA

**A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR O ENSINO DA HISTÓRIA E DA
CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM SALA DE AULA**

CABACEIRAS-PB

2016

HANNA KAROLINE MACEDO DE LIMA

**A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM SALA DE AULA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título em Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Franceilton Alves Passos

L732i Lima, Hanna Karoline Macedo de.

A importância de trabalhar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em sala de aula / Hanna Karoline Macedo de Lima.– Cabaceiras: UFPB, 2016.

27f. ; il.

Orientador: Franceilton Alves Passos

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – UFPB/CE

1. História afro-brasileira. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Diversidade étnico-racial. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 316.633:37(043.2)

**A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____
Prof. Orientador
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. _____
Prof. Convidado
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. _____
Prof. Convidado
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dedico este trabalho de conclusão de curso, o TCC a todos as pessoas que estiveram ao meu lado, desde os primeiros momentos de curso, a minha maior incentivadora minha amada mãe Sueli Macedo, ao meu Pai José Alberto, aos meus filhos, por quem luto diariamente e são minha maior motivação, Igor e Pedro, aos colegas de curso, principalmente os que estão e estiveram sempre presente, ao meu esposo Wallace Vieira por sua atenção e ajuda nos momentos difíceis, a todos os amigos, família, professores e tutores presenciais e a distancia, em especial a tutora presencial Ielba Valeska que desde o inicio esteve comigo e segue nessa caminhada, a ex-coordenadora do polo de Cabaceiras-PB Iris do Céu, a professora Alina Kadigna pelo apoio. Em fim a todos aqueles que verdadeiramente estão na torcida pelo meu sucesso acadêmico e profissional e a todos os educadores comprometidos com a Educação

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me propôs fazer o meu melhor que me protege e me dá força para continuar minha jornada, a meus pais José Alberto e minha maior incentivadora minha mãe Sueli Macedo, aos meus filhos Igor Rafael e Pedro Henrique, que são minha maior motivação e inspiração, ao meu esposo e amigo Wallace Vieira pelo apoio nas piores horas, aos meus colegas do curso de pedagogia, que direta ou indiretamente, me ajudam nesta caminhada tão importante da minha vida pessoal e profissional, pessoas a quem aprendi a respeitar e valorizar a cada dia durante o curso.

Aos professores e tutores, tanto presenciais quanto os a distância por todo o apoio oferecido nesses anos, de curso, aos professores do curso que foram pacientes e perseverantes ao ensinar sobre a importância da educação para o desenvolvimento integral do ser humano, a minha colega, Bianca Aires por nunca me deixar desistir ou mesmo fraquejar no decorrer do curso, por todo o apoio e ajuda sempre que precisei.

Agradeço ao meu orientador o professor Franceilton Alves Passos, o meu muito obrigado por suas orientações, sempre presente, com muita dedicação, competência para que meu trabalho fosse realizado.

Ao corpo docente e não docente da Escola Maria Neuly Dourado, onde pude realizar todos os meus estágios Supervisionados e sempre que precisei estiveram dispostos a abrir as portas da escola, pelo apoio, pela atenção, pela paciência, por me receber tão bem e sempre esta disponível a facilitar minhas pesquisas e estudos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família que sem ela dificilmente conseguiria chegar até aqui e a todos que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando quando as vezes pensamos em desistir, quando achamos que não iremos conseguir. Meu muito obrigado a cada um que durante esses 04 anos estiveram totalmente me apoiando e incentivando.

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

NELSON MANDELA.

RESUMO

Este estudo se dedicou a mostrar a importância da execução da Lei 10.639/03 que decretou que as instituições de ensino no Brasil passem a implementar o estudo da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares. Esta pesquisa baseia-se na natureza qualitativa com ênfase em análises bibliográficas e de publicações já existentes, as quais versam sobre o referido tema. Em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina a Lei N.º 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos estabelecimentos da educação básica no Brasil. O maior objetivo da Lei é mostrar a importância de pensar em uma educação para diversidade, de divulgar e produzir conhecimentos, assim como atitudes e valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial. No entanto, essa pesquisa mostra que implementar a Lei 10.639/03 na escola é um desafio cheio de obstáculos, pois existe resistência por parte da escola, dos educandos e dos pais, e ainda se observa que o tema só é abordado na semana em que se comemora a consciência negra, data que é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira, sendo negligenciado o estudo ao longo do ano letivo. Quanto ao material didático, é visto que ainda não colabora de forma efetiva para o estudo da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana, pois existe ausência de abordagem com profundidade dos conteúdos necessários sobre o assunto. A partir deste estudo foi possível concluir que apesar dos avanços significativos com a legalização da Lei, as escolas ainda devem buscar uma forma eficaz para a aplicação da Lei, abordando com maior amplitude a temática, e fazendo com que os professores entendam que é dever do educador junto com a escola, ajustar o currículo escolar, para que se faça valer o cumprimento da lei, sendo agregado aos conteúdos escolares o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana.

Palavras-chaves: História e cultura Afro-Brasileira e Africana, lei 10.639/03, diversidade étnico-racial.

ABSTRACT

This study is dedicated to show the importance of implementation of Law 10.639/03, which ruled that educational institutions in Brazil start to implement the study of history and Afro-Brazilian and African culture in the school curriculum. This research is based on qualitative nature with emphasis on bibliographic analysis and existing publications that deal with the said topic. In January 2003, President Luiz Inacio Lula da Silva signed Law No. 10,639 / 03 which made compulsory the teaching of African and African-Brazilian history and culture in the establishments of basic education in Brazil. The main objective of the Law is shows the importance of thinking in education for diversity, to disseminate and produce knowledge as well as attitudes and values to educate citizens about the ethnic and racial diversity. However, this research shows that implementing the Law 10.639 / 03 in school is a challenge full of obstacles, because there is resistance from the school, students and parents, and even observed that the issue is only addressed in the week that is celebrated black consciousness, a date that is dedicated to reflection on the inclusion of black people in Brazilian society, being neglected the study throughout the school year. Regarding the teaching materials, it is seen that it does not collaborate yet effectively to the study of Afro-Brazilian and African history and culture because there is no approach with depth of necessary content on the subject. From this study it was possible to conclude that despite the significant advances with the legalization of the Law, schools must still seek an effective way to implement the Law, addressing more broadly the theme, and making teachers understand that it is the duty of the educator with the school to adjust the school curriculum so that it upholds the rule of law, being added to school curriculum the teaching Afro-Brazilian and African history and culture.

Keywords: History and Afro-Brazilian and African culture, Law 10.639 / 03, ethnic and racial diversity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01:** Capa do Kit A Cor da Cultura.....18
- Figura 02:** Material quem vem dentro do Kit A Cor da Cultura.....19

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	14
2.1 Ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana na escola..	14
2.2 A lei 10.639/03.....	15
2.3 Materiais didáticos sobre cultura Afro e Afro-Brasileira.....	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
6. REFERÊNCIAS.....	26

1.0 INTRODUÇÃO

Em 2003 a lei 10.639/03 decretou que as instituições de ensino no Brasil passem a implementar o estudo da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana, ou seja, as escolas devem se adequar à nova lei, encontrando um modo de redesenhar as aulas e encaixar os novos conteúdos exigidos em acordo com os objetivos dessa nova lei, que é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meios de práticas pedagógicas de qualidade, assim, incluindo o estudo das influências africanas.

Com tudo, existem algumas dificuldades para a adequação da lei, no qual se destacam os seguintes fatores: o despreparo e desconhecimento dos professores com o tema; o pouco material existente de estudo sobre a história e cultura Afro no Brasil, dificultando o tema ser abordado e estudado de maneira ampla pelos alunos; assim como também o preconceito de algumas instituições. No entanto, para facilitar a implementação da lei 10.639/03 o Ministério da Educação (MEC) vem criando políticas e programas voltados para a valorização da diversidade sociocultural, como por exemplo o CNE (Conselho Nacional de Educação), que por sua vez estabeleceu que o conselho de educação dos municípios, estados e distritos federais devem se responsabilizar e regulamentar, como também desenvolver as diretrizes previstas pela lei. Embora a lei não estabeleça prazo para sua implementação das diretrizes, mas existe uma determinação prevista pelo plano nacional para que as metas sejam cumpridas até o ano de 2015. Com a implantação da lei 10.639, é possível garantir um tempo específico à carga horária nas instituições de ensino para a produção de estudos e atividades sobre o tema, todavia é preciso superar as dificuldades para implantar de verdade as exigências da lei em seus currículos.

O Governo Federal instituiu a Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio. Sabemos que tais leis não saem do papel e só efetuarão se professores e alunos tiverem acesso à formação sobre a temática racial na educação, trazendo para as aulas conteúdos referentes à história da África e do Brasil africano, fazendo cumprir nosso grande objetivo como educadores, que é “refletir sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debates, estimular valores e comportamentos de respeito e solidariedade”.

Sendo assim, implementar a Lei 10.639/03 na escola é uma obrigação dos professores, ou seja uma obrigação carregada de obstáculos, no entanto não é uma missão impossível.

Diante de tais fatos, observa-se que o tema afrodescendência muitas vezes só é abordado na semana em que se comemora a consciência negra, dia em que esta data é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira, sendo negligenciado o estudo ao longo do ano letivo.

O objetivo desse trabalho é discutir a importância da implementação da lei 10.639/03 nas escolas, mostrando a importância de se trabalhar o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana com a finalidade de desenvolver nos educandos uma mentalidade que visa erradicar o preconceito e despertar para o respeito do ser humano, independentemente de sua cor ou classe social.

A escolha do tema afrodescendência, veio em mente desde o momento do projeto de pesquisa aplicada, no qual foi visto e percebido a necessidade de ver e saber como a questão era tratada e trabalhada na escola, em que fiz meus estágios do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia EAD, UFPB virtual, e onde meus dois filhos estudam – Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Neuly Dourado, onde como na maioria das escolas o tema AFRO só é trabalhado em datas comemorativas.

É importante tratar tais assuntos na escola, como diz a Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio. Sabemos que tais leis não saem do papel e só concretizam mediante a ação em conjunta de professores e alunos, que tendo acesso à formação sobre a temática racial na educação, buscam implementar tais conteúdos nas aulas, fazendo assim que as crianças reflitam desde cedo sobre a discriminação racial, a diversidade étnica, gerando debates, estimulando valores e comportamentos de respeito e solidariedade com outras culturas. Enfim, insistimos que é necessário que o tema seja realmente implantado, e que alcance seu principal objetivo segundo a lei 10.639/03, que é a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias entre os brasileiros, começando desde cedo com alunos, professores, e todas as escolas unidas, afim de que esse tema faça parte dos conteúdos do currículo escolar.

O Presente estudo foi dedicado primeiramente há analisar documentos oficiais produzido pelo MEC e outras obras que envolvia a Lei 10.639/03 e suas implicações, onde através dos estudos foi possível fazer uma pesquisa bibliográfica, assim foi abordado o ensino da historia e da cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula, mostrando suas dificuldades e os benéficos de estudar em sala de aula esta temática, falar sobre a lei e as mudanças que ela promoveu e falou-se sobre os materiais didáticos que existe e que devem ser utilizados para que efetive o estudo sobre historia e cultura Afro-Brasileira e Africana, assim mostrando o resultado da pesquisa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola.

Desde que a lei 10.639/03 foi sancionada em 9 de janeiro de 2003, as escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, devem incluir nos seus currículos a história da cultura africana, assim como ocorreu a sua influência na nossa cultura, garantindo que os estudantes brasileiros tenha o direito de estudar e conhecer a história da África e sua fusão com a nossa cultura, a qual chamamos de afro-brasileira, como também a representação do negro na formação da nossa sociedade. Dessa forma, vemos que o propósito da lei traz uma garantia que representa uma grande vitória para a população brasileira, pois em um grande espaço de tempo quando se abordava a cultura Africana e a cultura Afro-Brasileira, as escolas e os professores só falavam sobre a escravidão, no qual o negro só aparecia na condição de escravo submisso e passivo aos brancos.

Contudo, de acordo com os vários documentos estudados e mais a lei nº 10.639/03, foi apresentado um plano de mudanças para propor novas diretrizes curriculares para o ensino escolar, no qual inclui o estudo da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana. A partir dessa nova lei os professores devem trabalhar a cultura Afro e Afro-Brasileira, valorizando a diversidade, e considerando os negros como sujeitos formadores e históricos na construção da sociedade nacional, nos quais devem ser mostrados e estudados as suas histórias, os seus pensamentos filosóficos, suas ideias, e principalmente sua rica cultura (danças, músicas, culinária), como também a sua religião, além de abordar as relações étnico-raciais.

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola, o negro Zumbi dos Palmares, em que é possível observar que muitas vezes as aulas sobre cultura Afro e Afro-brasileira apenas são abordadas proveniente da ocorrência desta data comemorativa. Assim vemos, que levar tais conteúdos para sala de aula ainda é uma tarefa difícil, e nem sempre é uma experiência tranquila, porque primeiramente é de grande importância que os docentes tenham formação para trabalharem certos conteúdos, que tenham suporte teórico-metodológico, e materiais didáticos para abordar esse conteúdo de forma eficaz.

Implementar a Lei 10.639/03 na escola é uma obrigação dos professores, os quais devem ser instruídos para esse fim, e mesmo sendo uma obrigação carregada de obstáculos, não é uma missão impossível, pois esta nova legislação vem para assegurar a construção de uma pedagogia da diversidade, denunciando e combatendo a discriminação racial, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de história e geografia:

O ensino e aprendizagem estão voltados, inicialmente, para atividades que os alunos possam compreender as semelhanças e diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (1997, Pag.49).

Trazer para as aulas o conteúdo da História e da cultura Afro-Brasileira e Africana para escola é fazer cumprir o grande objetivo proposta pela nova lei, que é fazer com que possamos refletir sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debates, estimular valores e comportamentos de respeito e solidariedade. Para que esses objetivos se cumpram é necessário que exista uma educação voltada para diversidade cultural e as relações étnico-raciais nas escolas. Em 2009 foi aprovado o Plano Nacional das Diretrizes curriculares Nacionais para educação das relações Étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2009).

O estudo sobre a história e cultura Afro-Brasileira e Africana também insere um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, assim as ações pedagógicas diante da lei nº 10.639/03 podem ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças na escola e na sociedade, fazendo com que as crianças reflitam desde cedo sobre a discriminação racial, a diversidade étnica, gerando debates, estimulando valores e comportamentos de respeito e solidariedade com outras culturas.

Diante das leituras podemos observar que ainda existe uma grande resistência em relação a prática desta lei. Algumas dificuldades são encontradas, com destaque para o fato do despreparo e desconhecimento dos professores com o tema, o pouco material existente de estudo sobre a história e cultura Africana e Afro-Brasileira, e de fato o “preconceito” vindo de alguns educadores. Diante de tais fatos a escola assume um papel fundamental para o cumprimento da lei 10.639/03, que é fazer com que seja construída uma nova prática pedagógica diante da temática, com a intenção de levar novas informações e materiais mostrando uma nova história sobre a cultura Africana e Afro-Brasileira.

1.2 A lei 10.639/03

Em 09 de janeiro de 2003 o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma de suas primeiras ações à frente do governo brasileiro, assinou a Lei nº 10.639, alterando a LDB, Lei 9.394/96, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Assim, o governo federal sancionou em março de 2003 a lei nº 10.639/03, que altera

a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes curriculares para implementação da mesma (p.06). A lei institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos Africanos no currículo escola nos ensinos fundamental e médio. Problematizar e discutir sobre educação e cultura negra no Brasil é assumir uma postura política, no Brasil no período colonial, os negros eram escravizados, e eram tratados desumanamente, não sabíamos das suas tradições, costumes.

Em muitos textos e nos documentos oficiais produzidos pelo Ministério de Educação e Cultura possível ver que a inclusão do art. 26-A na lei da (LDB), foi decisivo, antes da lei determinava, no parágrafo 4, do artigo 26 que:

4º. O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

Com a inclusão do artigo 26-A, fica especializado que:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

2º Os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileiras e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escola, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

Com esta nova resolução os africanos, afro-brasileiros, podem de fato se tornarem protagonistas, sujeitos históricos e sociais de suas histórias, influenciando na educação do Brasil. Tais políticas de ação afirmativa de âmbito educativo tornam-se tentativas de rompimento dos processos de exclusão no interior da escola, através da hierarquização dos saberes escolares e da valorização de determinadas culturas em detrimento de outras. A implementação da lei 10.639/03 visa conseguir contribuir para construção de uma sociedade que respeite e valorize a diversidade humana em suas múltiplas e ricas dimensões, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais que diz o seguinte:

(...) conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (2005, p. 12).

Daí a necessidade da construção de políticas de inclusão, através da temática da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares. Na escola se pode trabalhar o fortalecimento de identidades e de direitos e que culmina com ações educativas de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação. A abordagem dessa temática pode contribuir para a construção de identidades dos diferentes sujeitos:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade. Nesse sentido, a escola pode de ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 2000 P.32).

Então, a escola torna-se lugar privilegiado por ser um espaço de função social, onde podem buscar a valorização das singularidades étnicas e sociais dos sujeitos que fazem parte dela. Assim a escola é um ambiente propício, onde podemos combater as práticas de racismo e discriminação, devendo optar por omitir-se do papel de reproduzir e ressignificar seus efeitos.

1.3 Materiais didáticos sobre cultura Afro e Afro-Brasileira.

Para que a lei 10.639/03 seja posta em prática é necessário que as escolas e os educadores tenham acesso a materiais que se adequem à proposta da lei, cabendo também às escolas encontrar um modo de redesenhar as aulas para encaixar os conteúdos exigidos. Para Kabengele Munanga, professor de sociologia da USP e vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da instituição, os livros didáticos no Brasil, ainda não têm uma orientação que realmente contemple as raízes africanas do país. A professora de língua portuguesa, Débora Adão, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vila Ursolina, de São Paulo, concorda: “Alguns livros até mencionam piadas preconceituosas, o que merece toda a atenção dos pais”.

Existe pouco material de estudos produzido sobre a história e cultura dos Afro-brasileiros no Brasil; pude ter acesso a alguns materiais como o Kit “A cor da Cultura” e alguns livros de histórias que tem como protagonista negros.

Para atingir os objetivos, devemos organizar a nossa prática pedagógica. Com a nova lei 10.639/03 (sancionada pelo presidente Lula), os conteúdos curriculares de História terão que reorientar o ensino da História da África, dos Africanos e Afro-Brasileiros nos currículos de História, de Literatura e de Educação. Essa não será uma mudança qualquer. Ela exigirá uma revisão do livro didático, devendo contar com a contribuição dos educadores, dos autores, dos movimentos negros, dos editores e do governo. Uma questão fundamental para a redefinição desses novos conteúdos será a construção de um “novo olhar” sobre o negro. (NEVES, 2005, p. 51)

Infelizmente, a instrumentalização para a aplicação dessas políticas não acompanhou a necessidade das instituições de ensino, pois existe ausência de abordagem com profundidade dos conteúdos necessários sobre o assunto, sabe-se que os livros didáticos ainda dão pouco suporte necessário para os educadores, onde possuem limitações quando é preciso falar sobre a História e cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula.

A Cor da Cultura é um projeto de valorização do patrimônio cultural afro brasileiro e de reconhecimento da história dos negros à sociedade brasileira, o projeto produziu o kit A Cor da Cultura, uma coleção que conta com recursos didáticos complementares, voltados para a formação de educadores das redes públicas, que conta com a parceria de ONGs, que foram credenciadas para serem as formadoras das redes de ensino para utilização do kit A Cor da Cultura, o Kit vem para a formação de profissionais das redes publicas, que destaca conteúdos teóricos atualizados e pertinentes e visa contribuir para a implementação da LDB alterada pela lei 10.639/2003, que tornou obrigatório a história e a cultura africana e afro-brasileira em toda a educação básica (pública e privada). A Fundação Roberto Marinho/Canal Futura criou em 2004 o programa “A cor da cultura”. Baseado nos princípios de equidade, respeito às diferenças, pluralidade, diversidade, diálogo e trocas, o seu objetivo é contribuir para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro, através de formação e acompanhamento de professores e distribuição de materiais, que irá subsidiar o trabalho de educadoras e educadores em sala de aula, ajudando na formação dos novos professores que atuem com competência nesta nova temática da educação.

Figura 1

Capa do material que tive acesso, e que faz parte da E.M.E.F Maria Neuly Dourado.

Figura 2

Material presente no kit complementar: A cor da Cultura, com 2 livros e 4 DVDs e jogos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para se realizar uma investigação, pois a pesquisa bibliográfica abrange a pesquisa através da leitura, análise e interpretação de livros, periódicos (jornais, revistas etc.), artigos, documentos monográficos, sites confiáveis, entre outros documentos que são as fontes secundárias mais utilizadas para esse processo.

Assim, a presente pesquisa tem como objeto de estudo refletir sobre a importância de se trabalhar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula, o estudo desenvolvido trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que se caracteriza por:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exibido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 1993, p. 65)

Em relação aos métodos utilizados será uma pesquisa qualitativa que possui caráter exploratório, analisando a lei 10.639/03, através de documentos oficiais do MEC e de outras fontes bibliográficas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto ao objetivo o presente trabalho é uma pesquisa exploratória, em que o maior objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Assim o trabalho contempla uma pesquisa bibliográfica buscando aporte teórico na lei 10.639/03 e em diversos documentos oficiais produzidos pelo Ministério de Educação e Cultura e a partir de consulta de obra confiáveis, respeitáveis e atualizadas. Ela será desenvolvida através do uso de diversas fontes: teses, dissertações, monografias, livros, publicações em periódicos e artigos científicos sobre o tema em estudo. Todas as investigações demandam a constituição de um campo teórico sobre o fenômeno de estudo.

4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A presente pesquisa teve como objeto de estudo refletir sobre a importância de se trabalhar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula, buscando aporte teórico na lei 10.639/03 e os instrumentos de coleta foi diversos documentos oficiais produzidos pelo Ministério de Educação e Cultura e outros que abrange a pesquisa através da leitura, análise e interpretação de livros, periódicos (jornais, revistas etc), artigos, documentos monográficos, sites confiáveis, entre outros documentos. Nas análises de dados temos por objetivo detalhar e organizar os dados coletados no transcorrer da pesquisa. A fim de responder aos objetivos propostos.

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa de pesquisa, assim a pesquisa qualitativa, segundo Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar as suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p.21)

Primeiramente, o estudo dos documentos utilizados para a realização da presente pesquisa permitiu ver o momento em que a educação brasileira busca valorizar devidamente a história e a cultura dos Afro-Brasileiros e Africanos, diante de tanta informação coletada é possível ver que a lei 10.639/03 para ser realmente implementada exige um grande trabalho que envolve todos que fazem parte da educação e do ambiente escolar. Foi possível observar que muitas vezes as aulas sobre cultura Afro e Afro-Brasileira apenas são abordadas proveniente da ocorrência da data comemorativa do dia 20 de novembro, data esta que é comemorado o dia nacional da consciência negra aqui no Brasil, cujos conteúdos vistos são apenas por obrigação ou carga de conteúdo.

É possível ver que há limitações quanto à aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas e em sala de aula, e vários são os fatores que limita a temática chegar até os educandos, citamos a seguir: a falta de formação inicial ou continuada para os docentes trabalhar a temática, gerando assim o desconhecimento e despreparo de alguns professores sobre o assunto; a falta de interesse da própria escola em levar adiante o estudo do tema; e o pouco material existente.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, fala-se:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando as reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2007, p.29)

Através dos documentos explorados e conforme dados coletados é possível ver que à intenção da lei é assegurar a construção de uma pedagogia da diversidade e da educação de relações étnico raciais, fazendo com que as pessoas reflitam e combatam a discriminação racial, valorizando a diversidade étnica, estimulando os valores e comportamentos de respeito e solidariedade. É inserido diante da temática um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, como isso podemos ver que uma das grandes intenções da lei é promover mudanças na escola e na sociedade, fazendo com que as crianças reflitam desde cedo sobre tais assuntos, através da temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dessa forma é possível trabalhar o fortalecimento de identidades e de direitos e que culmina com ações educativas de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação.

Sobre os dados coletados sobre os materiais didáticos que aborda o assunto, o que observamos é que muitos livros didáticos usados nas escolas ignoram, restringem, estereotipam ou mesmo diminuem a participação dos negros e da África na formação do Brasil, e que são poucos os livros e materiais que “promovem positivamente a cultura Afro-brasileira e Africana”.

O material didático é um dos pontos fundamentais para a boa abordagem da história dos negros nas escolas, os livros tem o papel de estimular a cidadania, produzindo efeito contrário a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação dentro ou fora da escola, sobre os materiais:

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são, na maioria das vezes, ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. Em consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como os únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, não favorecer lhes oportunidades de reflexão e reelaboração". (SILVA, 2001, p. 16.).

Quanto os materiais produzidos depois da implementação da lei 10.639/03 foi possível ver o quanto existe pouco material de estudos produzido, pois falta a valorização da própria história, e os materiais que existem e chegam até as escolas são pouco utilizados. Pudemos ter acesso a material novo, ainda lacrado na caixa, ou seja, que nunca foi usado na escola municipal da cidade de Cabaceiras, e os poucos livros de histórias são utilizados apenas quando se trabalha a data comemorativa sobre a consciência negra, o que foi possível observar e concluir é que há muito ainda que ser feito para transformar de maneira positiva a imagem do negro no livro didático.

Com tudo, a pesquisa mostra que é de grande importância estudar e trabalhar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, pois a escola é o local privilegiado para trabalhar temas que permite formar cidadãos conscientes, possibilitando o educando ampliar seu horizonte existencial, cultural e crítico, e que levam os educandos a valorizar as varias culturas, a posicionar-se contra todo tipo de discriminação, como a cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras.

Através das análises constatamos que é notório à existência da resistência nas escolas do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, cujo tema é visto de maneira isolada por algum professor que gosta do tema, ou apenas em datas comemorativas. Há pouco mais de 11 anos, após a promulgação da Lei, ainda podemos ver os grandes desafios existentes quanto à aplicação da Lei nas escolas, e que a Lei ainda não é cumprida em todas as instituições de ensino, dessa maneira, percebemos a necessidade de buscar uma forma eficaz para a aplicação da Lei, abordando com maior amplitude a temática, e fazendo os professores entender que é dever do educador, junto com a escola, ajustar o currículo escolar, para que se faça valer essa grande conquista que é ensinar história e cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como negar a importância da Lei 10639/03 para o movimento de combate ao preconceito e racismo contra o negro brasileiro, pois a implementação dessa Lei obriga a inserção da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, sendo assim uma grande vitória para o movimento que busca despertar a consciência negra, mostrando a suma importância de trabalhar o combate ao preconceito no processo de formação da criança. Assim, concluímos que o educador deve trabalhar esta temática com a finalidade de proporcionar que seus alunos despertem para uma mentalidade que se volta para o respeito pelas diversas etnias, e percebemos que esse objetivo será alcançado através da valorização e da divulgação dos estudos da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana, em que o educador trabalhe com os seus alunos a construção das identidades, como também fazendo discussões sobre o racismo e o preconceito, para que as crianças desenvolvam-se pautada numa educação de respeito para com o outro, compreendendo que cada indivíduo é diferente, e que cada ser humano tem o seu valor e a sua própria identidade, independente da sua cor de pele ou situação social.

Foi possível ver através dessa pesquisa possíveis avanços, mas também muitos desafios a serem vencidos para a aplicação da lei em questão, pois como discutimos nesse trabalho, os desafios é fazer com que as escolas não abordem a cultura do negro apenas em datas comemorativas, isso é, de maneira isolada, mas em todo ano letivo, como é previsto pela lei. Quanto aos avanços, citamos a produção de materiais didáticos já voltado para essa nova didática, como também materiais de formação continuada para os professores, sendo assim, apenas ser necessário atitude para a transmissão dos devidos conteúdos.

Em fim, vemos que essa Lei 10639/03 é uma grande conquista, e que servirá na construção de novas relações sociais, com isso, a luta deve continuar para que a implantação dessa lei seja efetivada por completo, e que haja material didático adequado, tanto para os alunos, quanto para a formação dos professores.

6. REFERÊNCIAS

- A Cor da Cultura**< <http://www.acordacultura.org.br/>> acesso dia 20/09/2016, às 11h57min.
- A Cor da Cultura**< https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Cor_da_Cultura>acesso dia 20/09/2016, as 12h05min.
- AMORIM, Roseane Maria de. **O ensino para educação das relações étnico - raciais: um olhar para o cotidiano escolar**. In: Revista História e Ensino vol. 13. Londrina: Ed. UEL. 2007.
- BRASIL. Lei 10.639/03. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de historia e cultura africana nas escolas publicas**. Brasília, 2003. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.
- DIRETRIZES curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004
- Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003**< http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/contribuicoes_para_implementation_da_lei.pdf> acesso dia 20/10/2016 às 18h11min.
- Ensino afro** <educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/ensino-afro-brasileiro-624159.shtml> acesso dia 04/04/2016 as 20:00 horas.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- Lei 10.639/03** da República Federativa do Brasil.
- Metodologia científica na educação a distancia/** Eládio José de Goes Brennand, José Washington de Moraes Medeiros, Maria do Amparo Caetano de Figueiredo. - João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnicas e Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF. SEPPIR. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais**, Rio De Janeiro, DD&A 2000.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEVES, Gilberto. **A discriminação racial na educação brasileira**. In: Revista de Educação Popular, nº 4. Uberlândia: EDUFU, 2005.

Pesquisa, **pesquisa bibliografica**< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa>>, acesso dia 18/08/2016, as 19h02min.

SANTOS, Sônia Querinos dos. MACHADO. Vera Lúcia de Carvalho. **Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios**. Revista Brasileira de Educação, 2007.

SILVA, Ana Célia Da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001, p 16.

Silva, Marcos, Fonseca, Selva. **Ensinar e aprender História no século XXI: em busca do tempo perdido**. Campinas: Pairus, 2007.